



Nº 16 – OUTUBRO/2015

DESTAQUES

Secretariado avalia países de três continentes para efetivar CQCT

Em agosto e setembro de 2015 o Secretariado da CQCT enviou três comissões de avaliação ao Congo (RDC, África), Belarus (República da Bielorrússia, Europa Oriental) e Mongólia (Ásia) para identificar as necessidades desses países para implementar a Convenção-Quadro.

A frente das comissões um membro da equipe internacional da Secretaria da Convenção, representantes dos escritórios regionais e nacionais da OMS, e representantes do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

As reuniões envolveram Governo, representantes de agências da ONU, ONGs e universidades para avaliar conjuntamente aspectos da efetivação do tratado, além de identificar lacunas, desafios e necessidades entre os países.

A visita ao Congo, realizada entre 17 e 22 agosto, identificou esforços no Parlamento para aprovação do tratado.

A importância de incluir a CQCT no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional e no Plano Nacional de Saúde (2016-2020) e a criação de um mecanismo de coordenação multissetorial para o controle do tabaco foram destacados durante a missão.

Fonte: Who

<http://www.who.int/fctc/mediacentre/news/2015/3missions/en/>

OMS publica atualização sobre narguilé

Preocupada com o avanço do uso do Narguilé, tratado como tabaco aromatizado, especialmente entre jovens, a OMS atualizou a publicação “Narguilé para fumar tabaco: efeitos na saúde, pesquisas necessárias e ações recomendadas para os reguladores” produzida em 2005.

A Nota Consultiva foi elaborada por consultores de diversos países, incluindo o Brasil, e visa atender aos artigos 9 (emissão dos produtos do tabaco), 10 (divulgação de

informações) e 11 (embalagem e etiquetagem) da CQCT, e objetiva orientar a OMS e as agências reguladoras condutas de educação e comunicação, além de informar os consumidores sobre os riscos do Narguilé.

O texto resultou dos debates realizados na Primeira Conferência Internacional sobre Narguilé, em Abu-Dabi, em outubro de 2013, e da segunda conferência "pesquisa sobre uso do Narguilé: a união das epidemias do narguilé e tabaco", realizada em Doha, no Catar, em Outubro de 2014.

A OMS entende que a disseminação global do narguilé tem que ser combatida através de políticas e leis, e tem entre suas características, a aromatização do tabaco, o espaço social dos cafés e restaurantes, as políticas direcionadas dos meios de comunicação e a falta de regulação.

Fonte: Who

http://www.who.int/tobacco/publications/prod_regulation/waterpipessecondedition/en/

BRASIL

SE-Conicq comemora 10 anos da ratificação da CQCT no Brasil

Em 2003, o Brasil entrou para a história como primeiro país-membro da OMS a aderir ao texto da CQCT. Levado ao Senado, o tratado só seria ratificado após intensos debates, em novembro de 2005, viabilizando a participação da Primeira Conferência das Partes, ocorrida em Genebra, na Suíça, em fevereiro de 2006.

Para celebrar os dez anos da ratificação do tratado que mobilizou a saúde pública no país, a Secretaria-Executiva da Conicq estará coordenando, entre os dias 3 e 5 de novembro, na sede da Opas, em Brasília, o evento "Dez anos da Convenção-Quadro no Brasil: reflexões e projeções".

A programação estará disponível no próximo boletim.

Fonte: SE-Conicq

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Afubra solicita ao MAPA que governo volte a classificar tabaco

Entidade pede também que CQCT seja negociada com Ministério da Fazenda

Em entrevista à Rádio Afubra, o presidente da Afubra, Benício Albano Werner, declarou que a entidade entregou a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, documento na Feira Expointer 2015, solicitando que governo volte a custear a classificação e fiscalização do tabaco.

Hoje a responsável pela classificação é a própria Afubra conforme determinado no Termo de Ajuste de Conduta entre os agricultores, SindiTabaco e Afubra desde 2012.

Segundo Werner, o custo de classificação do tabaco está estimado em R\$ 500 mil/mês desembolsados com os três estados produtores, e que a EMATER por dispor de técnicos que conhecem a realidade da cultura do tabaco seria o órgão competente para realizar o trabalho.

O Presidente da Afubra sugeriu que os recursos para financiar o trabalho dos técnicos saíram da tributação sobre o tabaco estimada hoje em R\$ 12 bilhões.

O ex-Presidente da Câmara Setorial do Tabaco, e agora consultor da Afubra, Romeu Schneider declarou a mesma Rádio, uma semana depois, que a Ministra Kátia Abreu sugeriu que os assuntos referentes à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco deveriam ser negociados entre representantes da fumicultura e o Ministério da Fazenda.

Segundo Schneider a Afubra estaria apoiando esta sugestão “pois qualquer dificuldade que a cadeia produtiva do tabaco (tenha) afeta diretamente o Ministério da Fazenda através da arrecadação”.

Fonte: Rádio Afubra – Edição: SE-Conicq

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Ministra do MAPA se reúne com Fundo do Desenvolvimento Agrícola da ONU
Parceria pode ser utilizada para ampliar diversificação das Culturas do Tabaco

A Ministra do MAPA esteve em missão oficial de ministros da agricultura do Brics, na Rússia, no início de outubro, para encontro com o Diretor do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, da ONU.

Segundo a Agência Nacional, o Fida espera do Brasil mais desenvolvimento rural e redução da pobreza no campo. A Ministra apresentou um programa de mobilidade social que, entre outras ações, visa qualificar o produtor rural através do treinamento técnico, extensão rural e associativismo.

O Fida é um fundo destinado a segurança alimentar e para financiar projetos de desenvolvimento agrícola principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento.

Durante a COP 6, o então Ministro do MDA, Laudemir Muller, consagrou os resultados da Conferência por não restringir o tabaco, e contemplar a agricultura familiar e a diversificação.

Fonte: Agência Nacional – Edição: SE-Conicq

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/katia-abreu-apresenta-programa-de-mobilidade-social-no-campo-onu>

TABACO ILÍCITO

Comissão aprova suspensão de direito de dirigir de condutor preso por contrabando

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou no dia 23 de setembro, o Projeto de Lei 1530/15, do deputado Efraim Filho (DEM-PB), que suspende o direito de dirigir do condutor preso em flagrante pela prática de contrabando, além de estabelecer outras medidas de combate a esse tipo de crime.

Pela proposta, o condutor terá o documento de habilitação recolhido. Se ele for condenado pelo crime de contrabando por decisão judicial transitada em julgada, terá cassada a carteira e só poderá requerer nova permissão para dirigir cinco anos após o cumprimento da pena. O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

O projeto também determina a fixação, na parte interna dos locais em que se vendem cigarros e bebidas alcoólicas, de advertência escrita, de forma legível e ostensiva, com os seguintes dizeres: “É crime vender cigarros e bebidas contrabandeados. Denuncie.” O não cumprimento da determinação será punido com advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

Além disso, o texto estabelece que a empresa que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos fruto de contrabando poderá, após processo administrativo em que lhe seja garantido o contraditório e a ampla defesa, ter baixada sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Nesses casos, ficará vedada a concessão de registro no CNPJ, pelo prazo de cinco anos, à empresa que tenha sócios ou administradores em comum com aquelas cujo CNPJ foram baixados.

Já aprovada pela Comissão de Viação e Transportes, a proposta segue agora para a análise conclusivas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: **Âmbito Jurídico**

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=&id_noticia=134245

MUNDO SEM TABACO

Acordo impede tabageiras de processar países contra embalagens genéricas

As tabageiras não poderão mais se contrapor as restrições impostas a países como o Chile para desencorajar o consumo de tabaco. No Acordo Estratégico Trans-Pacífico de Associação Econômica (TPP em Inglês) foi incluído dispositivo que impede as tabageiras de questionarem as embalagens genéricas em tribunais internacionais.

As informações foram publicadas no Diário Financeiro, do Chile, que informou que tanto o Chile quanto os países que assinaram o acordo, aprovaram como exceção que as tabageiras não poderão utilizar o mecanismo de solução de controvérsias contra os países para reclamar das embalagens genéricas.

Com isto, as tabageiras não poderão mais utilizar mecanismos de resolução de litígios contra as embalagens genéricas como a aprovada pela Austrália, e em outros países-membros signatários, como o Chile que estuda a implantação.

As tabageiras encontraram uma maneira de processar em tribunais internacionais os governos que adotaram a embalagem padronizada por ferir propriedade intelectual alegando expropriação da marca.

Segundo o Jornal, o debate regulatório no Chile foi fundamental impedir a estratégia das tabageiras.

Em julho, a British American Tobacco anunciou que iria encerrar suas operações no país caso o Parlamento Chileno endurecesse a legislação antitabaco no país. A tabageira rotulou a embalagem genérica e a proibição de aditivos como "inconstitucional e arbitrária" e que pretendia processar judicialmente o Estado Chileno.

"Como resultado da expropriação dos direitos de marca e uso, o Estado deve indenizar a indústria por expropriar os direitos consagrados na Constituição", informou a BAT.

A Phillip Morris se juntou a BAT para atacar a regulação por "violam arbitrariamente contra os princípios básicos da igualdade de tratamento, liberdade de escolha e proteção da propriedade intelectual dos consumidores."

No Chile, as discussões sobre a lei-antitabaco ainda não terminaram. O artigo do projeto de lei que obrigava a implantação das embalagens genéricas foi removido para que a discussão prossiga até março de 2016.

Fonte: Diário Financeiro – Edição: SE-Conicq

<https://www.df.cl/noticias/empresas/actualidad/tpp-cierra-puertas-a-recursos-de-tabacaleras-en-contra-de-paises-por-cajetillas-planas/2015-10-06/210712.html>

Paraguai negocia aumento da tributação do tabaco para 20%

O Senado do Paraguai está negociando a aprovação do aumento do Imposto de Consumo seletivo do tabaco, de 13% para 20% (ISC), conforme anunciou o presidente do Senado paraguaio, Mario Abdo Benitez.

O Projeto de Lei ainda não foi aprovado devido a uma polêmica entre Câmara dos Deputados e Senado sobre o valor da taxa.

O projeto de lei teve origem na Câmara dos Deputados que aprovou a taxa de 13% a 15% enquanto o Senado ampliou para 20%.

Fonte: La Nacion – Edição: SE-Conicq

<http://www.lanacion.com.py/2015/09/30/senado-ratificaria-proyecto-de-20-para-impuesto-al-tabaco/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA